



CULTURA DE DADOS NA GESTÃO PÚBLICA

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E GESTÃO PREDITIVA

Com as inovações tecnológicas e maior escassez de recursos, a Transformação Digital se tornou um dos meios com capacidade e impactos potenciais para se atingir a eficiência, qualidade e efetividade nas políticas e na entrega dos serviços públicos e urbanos.

As análises de dados e processos de tomada de decisões são exemplos do que pode ser melhorado de maneira considerável na gestão pública com o uso intensivo das tecnologias digitais, levando a uma maior geração de valor, com o aprendizado de novas habilidades, expansão da produtividade e reflexos positivos nos resultados e na experiência final dos usuários.

No entanto, tecnologias e dados significam muito e fazem diferença quando são bem utilizados, com uma aplicação responsável e confiável. Para que isso aconteça, é preciso também avançar em uma cultura de dados por meio da fusão de conhecimento e formação contínua dos agentes públicos.

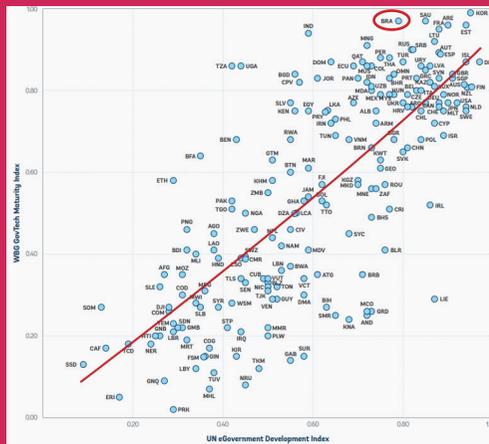
GESTÃO PREDITIVA

Cerca de 38% das organizações federais estão no nível zero de maturidade em Inteligência Artificial (IA), ou seja, não utilizam nem sequer planejam utilizar, segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) em 2022. Apenas 3,4% do total já está no nível 4, expandindo para novos projetos de IA.

Ao se valorizar e priorizar dados e evidências como ativos estratégicos na gestão pública – inicialmente, até mesmo métricas simples podem ser significativas, sem IA ou análises avançadas –, é possível antecipar problemas emergentes e otimizar a alocação de recursos em diversas áreas, como na previsão de demandas por serviços públicos, identificação de territórios com maior risco de desastres naturais e atuação mais assertiva na saúde e educação, alinhada às necessidades da população.

GOVERNANÇA RESPONSÁVEL DE DADOS

É fundamental que algumas práticas sejam adotadas de forma a atingir uma efetiva implantação de uma cultura de responsabilidade de dados na gestão pública como transparência, representatividade e diversidade de dados, auditoria e monitoramento, educação e treinamento. Além disso, cabe destacar a importância da consciência quanto à ética no manejo dos dados obtidos no âmbito do governo digital. Para isso, deve haver atenção especial à proteção e segurança dos dados e à capacitação dos agentes públicos para que não ocorram, por exemplo, vazamentos e compartilhamentos ilegais e indevidos.



De acordo com o Índice GovTech Maturity (GTMI) do Banco Mundial, o Brasil é um dos 69 países no mundo com um índice "muito alto" de maturidade em governo digital, sendo um dos líderes globais. O índice geral brasileiro, de 0,945, está entre os mais altos no cômputo geral. Considerando no gráfico acima um cruzamento do índice do Banco Mundial (GTMI) com o da ONU (eGovernment Development Index), o Brasil está entre os 10 países líderes.

PENSATA

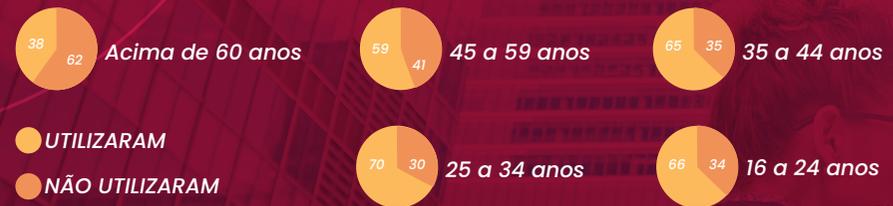
PREPARAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PERMANENTE NO CAMPO DIGITAL

Pesquisa conduzida em 2019 pelo Laboratório de Inovação do TCU (TCU/coLAB-ia) sobre a percepção de agentes públicos acerca dos desafios da administração pública para contratar inovação aponta que, entre os ocupantes de cargo ou função de natureza gerencial, 60,6% concordaram que "o medo do controle é um empecilho para o gestor público contratar soluções inovadoras" e 67,7% discordaram da afirmação de que "os gestores públicos se sentem seguros para contratar soluções inovadoras". A evolução para um governo aberto e digital como instrumento para aproximar a população da administração pública e prestação de serviços públicos inclui, também, atender à inovação e à

inclusão digital da própria administração pública. A Transformação Digital exige uma preparação e mudança no funcionamento do governo em termos de flexibilidade e adaptação à tecnologia, entender sua melhor aplicação e uso e estabelecer redes e contatos estratégicos com outras administrações que já têm processos similares de transformação digital, além de construir parcerias com o setor privado e cooperar com as partes interessadas. Além do uso de sistemas mais ágeis e acessíveis e atendimento à legislação vigente, é necessário se preparar para construir uma infraestrutura e equipe focada e especializada nos fundamentos da entrega de dados para:

- criar soluções digitais inovadoras que atendam a públicos segmentados e diversos, com senso de urgência;
- evitar o desperdício e o retrabalho ao adotar processos inteligentes com dados just-in-time.

Número de brasileiros que utilizam Governo Digital continua a crescer



TIC Domicílios da IBGE (2024)



DO DEBATE PÚBLICO AO CONGRESSO NACIONAL

Data literacy ("Alfabetização em Dados") é o processo de compreensão e interpretação de dados e estatísticas. É importante considerar que essa habilidade pode ser desenvolvida cedo, ao inserir esses conceitos na educação formal

Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA)

– publicada em abril de 2021, por meio da Portaria nº 4.617, segue em revisão pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), com o objetivo de tentar estabelecer uma estratégia nacional para tratar do tema.

Lei do Governo Digital, Lei 14.129/2021, que vincula o aumento da eficiência nas políticas públicas à Transformação Digital e à inovação da Administração Pública.

"Absorver as tecnologias requer uma abordagem de todo o governo, em vez de trabalhar em silos."

Shamika N. Sirimanne, diretora da Divisão de Tecnologia e Logística da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)